



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, DOMINGO 28 E SEGUNDA-FEIRA 29 DE ABRIL DE 2013

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou semana passada que entre 30% e 40% das denúncias recebidas por irregularidades no sistema carcerário estão relacionadas a casos de tortura de detentos. "Temos recebido poucas denúncias de maus-tratos nos últimos anos", disse Rosenice Machado, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (CDH/OAB). O CNJ, em relatório acerca dos estabelecimentos e trâmites penais de Sergipe, não identificou irregularidades quanto a abusos.

"As principais denúncias que chegam ao nosso conhecimento se referem à violência praticada por policiais militares e civis no exercício de suas funções. Os maus-tratos nos estabelecimentos penais se revelam nas suas condições precárias. Destaques nesses quesitos para a Penitenciária de Areia Branca, Tobias Barreto e a

maioria das delegacias do interior e de Aracaju", frisou.

Segundo a presidente da CDH/OAB, a 5ª. Delegacia, em Nossa Senhora do Socorro, destaca-se entre as demais por não oferecer aos presos instalações dignas. "Lá o ambiente é de terra arrasada", disse.

A atuação do Governo e da Justiça do Estado tem avaliações diferentes quanto à coibição dos abusos. "Analisando as informações que chegam à OAB/SE, verificamos que quase sempre as sindicâncias são arquivadas no âmbito das corregedorias da Polícia Civil e Militar. Já no âmbito da Justiça, a resposta tem sido sempre satisfatória, inclusive ocorrendo a punição dos acusados - desde que existam provas, claro".

Os detentos, no entanto, não estariam de todo indefesos. Rosenice afirmou que denunciar a violência ou ameaça é a melhor solução. Se o preso não puder

fazê-lo, cabe à família agir. "Esse procedimento pode ser feito junto à Comissão de Direitos Humanos da OAB, ao Conselho da Comunidade da Execução Penal e ao juiz e promotor da execução penal. O silêncio gera impunidade e faz com que situações de violência se repitam", concluiu.

Perguntada sobre se havia estatísticas quanto aos maus-tratos em Sergipe, a conselheira afirmou que não. O único conhecimento dessas arbitrariedades, segundo ela, advém do exame dos procedimentos instaurados junto à Ordem e do que é verificado no desempenho de representação da OAB junto ao Conselho da Comunidade da Execução Penal (CCPE).

O CNJ informou que os dados referentes ao sistema carcerário sergipano estavam presentes no relatório final do Mutirão Carcerário do Estado, realizado entre 26 de março e três de abril do ano passado. Não constam quaisquer

dados referentes a abusos ou tortura. A assessoria do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) afirmou que os inspetores não encontraram qualquer irregularidade, ao menos no período de visita.

O JORNAL DA CIDADE solicitou ao DMF quantitativo de denúncias, mas a reportagem não obteve resposta até o fechamento desta matéria.

"Os maus-tratos acontecem no presídio privatizado e, nos estatizados, somente naqueles superlotados". A informação é de Iran Alves, presidente do Sindpen/SE. Ele denuncia ainda as más condições de trabalho. "Nós, servidores estatutários, desde há muito denunciávamos as precárias condições de trabalho a que somos expostos. Mas nada é feito pelos gestores, que têm o dever legal de nos propiciar meios adequados para que possamos atuar com mais eficiência", disse.

O sindicalista cita o caso de agentes que foram alvejados por detentos, na última rebelião ocorrida em Nossa Senhora da Glória. Esse caso teria sido ignorado. "É notório o grau de periculosidade e complexidade da função", frisou.

"Em razão disso, os detentos realmente se queixam de maus-tratos no sistema. Digo que não por nossa ação direta; mas por uma omissão forçada devido ao modelo de gestão adotado na SEJUC [Secretaria de Estado da Justiça]. A secretaria não atende à demanda dos servidores e detentos", disse.

Segundo ele, o Sindpen repudiava atos de tortura. O sindicato, inclusive, atuaria junto à OAB e à Defensoria, para buscar meios de impedir "essas práticas desumanas e desarrazoadas". Ele cita a passividade do Estado quanto a essa situação. "A inércia do Estado e de parte da Justiça não tem colaborado para a inversão desse quadro, motivo pelo qual já

existem algumas representações em andamento para apurar as omissões praticadas, até por organismos internacionais", falou.

"O Iran só está querendo tumultuar, mais nada", disse Manoel Lúcio Neto, diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe). As denúncias do presidente do Sindpen são infundadas, segundo ele, porque instituições como o Ministério Público, a Vara de Execuções Penais, O Conselho Comunitário e o Conselho Penal fariam visitas periódicas ao sistema prisional sergipano. "O MP e o juiz da VEP efetuam vistorias mensais", falou.

Lúcio destaca a reforma e ampliação do presídio de Tobias Barreto (com mais 235 vagas), a reforma da instalação das instalações de Nossa Senhora da Glória (cujas obras estariam 60% prontas) e a construção do Cadeião de Areia Branca, com espaço para 450 detentos.

Dentre as denúncias estão maus-tratos e tortura